

“O QUE A ESCOLA (RE)PROVA?” - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REPROVAÇÃO ESCOLAR

Thiago Silva dos Santos - Universidade Federal do Pará - Altamira - Pará - Brasil
thiagogeografiaatm@gmail.com

Claudia Silva Medeiros - Universidade Federal do Pará - Altamira - Pará - Brasil
claudinhahaghata@gmail.com

Daniel Mallmann Vallerius - Universidade Federal do Pará - Altamira - Pará - Brasil
vallerius@ufpa.br

Resumo

Neste artigo, discute-se sobre a repetência escolar, um dos grandes desafios para o qual a escola é convidada a enfrentar e que suscita inúmeros debates. Assim, pretende-se trazer à baila um pequeno retrato acerca da reprovação escolar no cenário educacional brasileiro, sua possível vinculação aos índices de evasão escolar, sem perder de vista o lugar de fala dos autores - a licenciatura em geografia. Entendemos que a discussão proposta tem sua relevância majorada em um momento de reforma curricular do ensino médio, da ascensão de mecanismos avaliativos de desempenho quantitativos e da cobrança sobre estabelecimentos de ensino e professores pela não-retenção de seus estudantes.

Palavras-chave: Escola, Desafios Docentes, Repetência escolar

Abstract

In this article, we discuss about the scholar failure, one of the biggest sheets for the school is invited to face and raise many discussions. In this way, we intend to bring a small portrait about the grade repetition in the Brazilian educational scenery, a possible connexion with the school evasion index, without ignore the “talk place” of authors - the geography teaching course. We understand this proposal has an increase in it relevance on the moment of a high school curricular reform, the increase of quantitative performance evaluation tools and the collection over the teachers and schools to not reproach their students.

Keywords: School, teacher challenges, school failure.

Introdução

Para um pesquisador-professor a sala de aula constitui-se como um grande laboratório de pesquisas, onde surgem muitos questionamentos, espaço que viabiliza inúmeras metodologias pedagógicas e que se constrói como ponte entre o teórico e a prática. Nesse sentido, ao realizar o estágio docente, componente curricular pertencente a grade do curso de Licenciatura em Geo-

grafia, oferecido pela Universidade Federal do Pará, colocamo-nos a entender uma questão latente hoje nas escolas do Brasil: a reprovação escolar.

A repetência escolar, "fenômeno social complexo em cuja produção interagem características da escola, do aluno e da família" (Fátima et. Al, 2007), e que se apresenta em maior número nas escolas públicas e periféricas onde por vezes, as políticas educativas do Estado se efetivam com maior dificuldade. Políticas que somente foram minimamente direcionadas para a população menos abastada a partir da década de 30, quando segundo Iosif (2007), "negros, índios, imigrantes e a grande maioria das mulheres, começaram a usufruir do direito de sentar nos bancos escolares", e que até os dias atuais reflete traços de uma educação "tecnocrática e elitista" (Iosif, 2007). Essa preocupação com o chamado "fracasso escolar", principalmente das crianças pobres, deu origem a inúmeras pesquisas nas últimas décadas (ALVES, ORTIGÃO e FRANCO, 2007), inclusive por ser um dos fatores determinantes para o aumento da defasagem idade/série e da evasão escolar.

Dentre os direitos sociais conquistados com maior ou menor dificuldade, a educação é, atualmente, reconhecida e consagrada na legislação da maioria dos países e tida como direito fundamental do homem (Jacomini, 2009) e, segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2016 (2017)¹, o país conta com 186,1 mil escolas de educação básica, sendo que desse quantitativo, 62,5 mil são unidades que possuem o ensino fundamental nas séries finais. Ainda segundo a pesquisa, foram matriculados 12.242.897 alunos, cabendo às escolas da região Norte, no ano supracitado, a matrícula de 1.294.222 indivíduos.

Outro dado de relevância foi apontado pelo estudo recente do UNICEF, "Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes", que existem no Brasil cerca de 21 milhões de adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos, sendo que de cada 100 estudantes que entram no Ensino Fundamental apenas 59 terminam o 9º ano, resultado que evidencia a necessidade de discussão sobre quais os motivos ocasionam tal percentual.

Todavia, retomamos a questão balizadora deste artigo, que é o debate mais próximo de como a escola contemporânea brasileira pode reduzir os números da repetência escolar, proporcionando não apenas uma progressão escolar pura e simples, mas também a permanência dos estudantes na escola e dentro desta, além de buscar caminhos que efetivem um processo de ensino-

¹Pesquisa anual realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

-aprendizagem qualificado dos sujeitos.

Outro questionamento pertinente refere-se a quem cabe a responsabilidade da educação dos jovens nos dias atuais: seria essa tarefa é somente da escola? Ela retém para si a total responsabilidade pela "educação" desses sujeitos? São perguntas que certamente não serão respondidas na plenitude, contudo nos cabe, enquanto sujeitos sociais e pertencentes ao debate da escola contemporânea, elencar algumas pistas sobre a temática. Nesse contexto, nos colocamos a entender de que forma a escola trabalha com a reprovação e consequentemente a repetência dos alunos.

A reprovação escolar

Discutir a reprovação é importante, uma vez que a repetência evita que o aluno siga para a próxima série/ano sem, segundo os critérios avaliativos, os conhecimentos suficientes. Assim, refletir acerca dos mecanismos avaliativos empregados torna-se relevante, pois será que estes acabam por dar conta de mensurar a condição individual de cada aluno? Tal pergunta é pertinente, pois quando se tem um resultado diferente do esperado, no caso a "aprovação", geralmente procura-se culpados, e muitas vezes, atribui-se esta a escola, aos professores e estudantes. Propaga-se o discurso de que a reprovação resulta da má estrutura das escolas, de um despreparo dos professores, descaso das instituições e descompromisso com a educação por meio dos estudantes, "que não valorizam o esforço da escola no educar".

Nessa atribuição de culpa pelos resultados negativos que obtém as escolas hoje, alguns realmente são ocasionados pelos dados citados acima, mas compreende-se que o papel de protagonista dessa problemática, talvez esteja para além dessas instituições e sujeitos. Residiria possivelmente no modelo educacional construído historicamente no Brasil, "tendo como objetivo formar dois grupos de cidadãos, um para comandar e outro, a grande maioria, para ser comandada" (IOSIF, 2007, p. 18).

Por vezes a atribuição da maior parcela dessa responsabilidade recai sobre a escola. Contudo, é pertinente dedicar alguns olhares a um cenário onde a escola ocuparia a posição de vilã e sim de vítima, juntamente com os estudantes que se encontram na apontada condição. Nessa linha Pimentel (2005), afirma:

Não creio que a escola ignore as tensões e conflitos presentes na sociedade, gerados pelas desigualdades sociais, pelas contradições de uma sociedade em rápidas e profundas mudanças, por várias formas de exclusão social, cujas consequências não apenas se refletem na escola, mas aí se colidem. (PIMENTEL, 2005, pág. 82).

As disposições de superar os problemas condicionados diariamente pela sociedade são internalizadas pela escola e materializados na resposta, a repetência, na distorção idade/série e na evasão escolar, ocasionadas em parte pela existência de um modelo escolar ultrapassado, com traços do século XVIII e início do século XIX, impossibilitando respostas necessárias aos tempos globalizados. Cabe, ainda, apontar a necessidade da presença do Estado nesse processo e de todos os seus instrumentos consolidados, pois percebe-se uma posição desconfortável das instituições do campo da educação pública. Evocamos novamente as palavras de Pimentel, quando diz que "a escola parece perplexa diante desta realidade, impotente para empreender ações transformadoras. Parece cansada, desesperada" (2005, pág. 82).

De fato, a escola contemporânea, com maior ênfase as escolas públicas, não apresentam, na maioria das vezes, uma estrutura ideal (ou próxima dela) para receber os estudantes. Isto, alinhado com um conjunto de outros fatores, faz com que o objetivo real da escola muitas vezes não seja atingido, que é o de ser "um agente transformador social", como destaca Betto (2007), restando uma tarefa mais próxima de um viés neoliberal, de caráter comercial, tratando a educação como algo próximo a uma mercadoria. Pensamos que educar, para além da necessidade econômica e formação profissional, deveria ser algo construído e aceito enquanto direito universal e não como um produto mercadológico, colocando-a à serviço do sistema capitalista. Betto (2007) faz consideração da importância do papel que cabe a educação:

Mais importante do que formar um profissional, é formar uma pessoa capaz de atuar como cidadã; inserir-se sem preconceitos nessa realidade multicultural; associar significados e construir sínteses cognitivas; superar a mera percepção da vida como fenômeno biológico para encará-la como fenômeno biográfico, processo histórico" (2007, n/p).

O caminhar da escola, na contramão do papel que dela se espera, a conduz para a produção de um excessivo número de estudantes que não progridem de série ou que passam de ano sem condições reais de avanço, por vezes inclusive com elementos que indicaram o dito analfabetismo funcional, configurando assim, condições positivas (ou seriam negativas?) para a formação de futuros "problemas sociais".

Mas até que ponto, a repetência escolar impacta a vida escolar desses educandos? Nesse sentido, Oliveira (2015), aponta que;

De um lado a reprovação evita que o aluno passe para o ano/série seguinte sem conhecimentos necessários para sua vida, de outro temos a prática da aprovação direta, que evita um possível aumento da evasão escolar e a desmotivação do aluno, mas como ação única, não é o suficiente para garantir o aprendizado considerado adequado para o ano letivo seguinte. (2015, p. 02)

De fato, as duas possibilidades se apresentam como um grande paradigma da educação. A progressão irrestrita, sem as melhores condições de aprendizagem, acaba por provocar um ciclo "viciante" presente com alguma frequência na escola contemporânea. Ano após ano transfere-se o "problema" para a etapa seguinte, prática que é de alguma maneira, estimulada inclusive por instrumentos da legislação educacional. Podemos, nesse contexto, citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que limita a escola a determinada quantidade de "reprovação", o que pode acabar por mascarar os reais indicativos - qualitativos e quantitativos - acerca do aproveitamento dos estudantes. Certo disso, Pimentel afirma,

Nessa perspectiva, aprovar o aluno sem que ele tenha apresentado domínio de habilidades e conteúdos compatíveis com sua série, é postergar sua expulsão da escola. Porque, cedo ou tarde, a distância entre o que ele efetivamente domina e as exigências do currículo na série seguinte, forçarão a tomada de decisões impeditivas à continuação de sua escolarização, seja pelas sucessivas repetências, seja pela evasão. (2005, p. 91).

Essa prática, tanto a curto como a longo prazo, prejudicam a formação desses estudantes, pois, na medida que a cada ano adiam e repassam uma eventual lacuna na aprendizagem e na apreensão de conhecimentos, condicionam esses estudantes a cada vez mais terem dificuldades neste processo.

Nessa linha, a adoção e a manutenção em larga escala de tal política, pode vir a sum dos elementos contributivos para, sob uma perspectiva futura, um possível colapso na própria estrutura educacional e na vida dos estudantes, que culminará na formação de uma sociedade intelectualmente limitada e que pouco valorize a educação formal.

Não basta assimilar informações. É preciso saber selecioná-las, relacioná-las e fazê-las convergir para processos criativos. Deve à escola dotar o educando de capacidade para enfrentar os novos desafios, lidar com as múltiplas racionalidades vigentes, aprofundar seu espírito crítico. Enfim, saber converter informação em cultura e cultura em sentido de vida (BETTO, 2007, n/p).

Ainda sobre a temática da reprovação, estudiosos da área colocam posições distintas para o debate. Alguns como Patto (2010) defendem que "a reprovação é sempre algo negativo", pois o aluno que reprova, acabaria se desmotivando e na grande maioria das vezes abandonando a vida escolar. Outros, contudo, aproximam seu pensar ao que expõe Gomes (2005), quando diz que a reprovação não precisa ser vista sempre como algo ruim, pois se o aluno reprovado receber a atenção necessária, a reprovação pode contribuir para o seu crescimento e amadurecimento escolar, tornando-o, na maioria das vezes, mais responsável.

Parece até óbvio, mas fazemos questão de destacar que concordamos com a premissa de que a reprovação não pode ser vista como algo tão somente negativo ou positivo, binariamente. Cabe salientar que o estabelecimento escolar não pode usar esse recurso como mecanismo de correção disciplinar ou estritamente punitivo. Ao mesmo tempo, acreditamos que é uma tarefa compartilhada pela escola, família e sociedade a construção de possibilidades que venham a mitigar e, até quem sabe, solucionar as questões que implicam na reprovação escolar.

Algumas discussões prévias sobre o tema apontam ainda, que a reprovação serve como um despertar para a necessidade do estudante (re)construir sua relação com a escola e com a sua própria formação, afirmando que essa condição pode vir a ser um elemento motivador para alguns deles, fazendo-os repensar sua vida escolar. Porém, na estrutura social na qual se encontra a sociedade brasileira, bastante estratificada socialmente, com acesso um dispar acesso a educação, e cujas implicações sempre acabam potencializadas pelas dimensões continentais, "o Brasil apresenta desigualdades regionais bem marcantes, em termos geográficos, sociais e econômicos, que influem de forma significativa em suas redes de ensino e nos desafios que precisam ser vencidos" (UNICEF, 2012, p. 22). Cabe assim refletir: até que ponto uma retenção do estudante é algo que terá um viés positivo para um jovem em situação de vulnerabilidade econômica e social, que convive diariamente com as incertezas do presente (além das do futuro!)?

Nesse momento da história, acaba-se por atribuir as nossas crianças e adolescentes uma responsabilidade maior com o futuro, que muitas vezes ultrapassa a questão do que de fato quer o sujeito, e sua condição enquanto consciência. A atribuição de um papel dado a esses sujeitos e a não condição da escola em acompanhar tal papel pode vir a ser um elemento que contribui para um quadro de potencial reprovação, dado o aparente descompasso entre escola, sujeito, família e sociedade neste âmbito.

O conselho escolar, ferramenta de inclusão ou exclusão?

O conselho escolar é um espaço importante para o alinhamento da escola, nele discute-se as problemáticas e os caminhos a serem seguidos no ano letivo. Esse ambiente pedagógico tem a tarefa de pensar a organização e a formatação da escola, cabendo, inclusive um papel de propositor de transformações e mudanças na estrutura educacional.

Cabe aqui pensar, essa instância como elemento fundamental para essa movimentação positiva da formação escolar, mas necessita-se apontar que seu sucesso precisa abranger todos os sujeitos que participam da vivência da escola, os pais ou responsáveis, os próprios alunos, a equipe diretiva, a comunidade e organizações que debatem educação na perspectiva transformadora, envolvendo assim uma visão heterogênea da escola e sendo um possível caminho para uma democratização da gestão escolar e com isso, a maior participação das famílias na educação dos jovens, tarefa apontada por muitos, como somente da escola.

Assim, Drescher (2014) afirma:

a questão da democratização do ensino público, não pode se resumir ao acesso à escola. Entende-se que a democratização da educação envolve sim o acesso, mas também a manutenção do aluno em sala de aula com uma educação de qualidade. Para que isso ocorra é necessária uma participação de todos os segmentos escolares, discutindo meios para tornar a educação um fim que tenha sentido para todos. (2014, p.19)

Torna-se então, instrumento de diagnóstico, construtor e potencializador de mudança ou de continuação da reprovação escolar e demais demandas da realidade escolar. Nossa tarefa aqui, é apontar que esse instrumento pode vir a ser elemento importante na superação, minimização ou até extinção da reprovação escolar e do analfabetismo funcional.

O estágio supervisionado em licenciatura: momento de novos olhares sobre a escola

O empirismo do estágio supervisionado de licenciatura possibilita aos discentes de graduação o contato primário com a realidade escolar, em uma condição diferente da vivenciada anteriormente, tirando-se a vestimenta de estudante por um período e assumindo a responsabilidade de ser um professor/educador - e com ela toda a sua carga de atribuições que lhe compete no papel

da mediação na construção do conhecimento. Cabe a esse momento, da prática do laboratório, do experimentar, do aprender, do conhecer, do desafiar-se ao novo, também a contribuição para a formação cidadã, e, portanto, reflexiva, dos sujeitos que farão parte desse processo de ensino-aprendizagem.

Então, o estágio se faz como práxis real, do experimento da vida docente, trazendo grandes ensinamentos e provocando a reflexão diária, pois quando os alunos de graduação retornarem às escolas, já na posição e como portadores da habilitação profissional de professor-pesquisador-educador, espera-se que encontrem-se preparados, qualificados e minimamente experimentados na prática docente. Deixando de lado uma visão mágica ou utópica de que é no estágio que "aprendemos a ser professor", é nele onde colocamos a lente que permitirá olhar a condição real em que se apresenta nosso objeto de estudo, o cotidiano e a estrutura das escolas - que têm relação direta com o aproveitamento dos alunos - , as relações, as dificuldades, os desafios, as dores e as alegrias do ato de docenciar.

Reprovação e abandono escolar: alguns cenários

No debate sobre a reprovação, julgamos que é mister levar em consideração elementos como as condições das escolas brasileiras nos dias atuais. Trazendo a discussão para a região de atuação dos autores, pensamos que ainda será contributivo dedicar alguns olhares sobre a posição da região Norte neste quadro.

Antes de tudo, indicamos que as palavras de Charlot são relevantes para ilustrar nossa posição:

O "fracasso escolar" não existe, o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações, essas histórias é que devem ser analisadas, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado "fracasso escolar" (2000, p. 16).

O despertar do interesse em compreender os elementos envolvidos no processo da reprovação - e o seu tratamento comum enquanto "fracasso escolar" - parte da nossa experiência no estágio docente supervisionado, porém o elemento decisório para compreensão da "agonizante" condição do cenário da educação brasileira e principalmente das instituições localizadas na região Norte do país acerca da reprovação, parte das bibliografias sobre a temática e principalmente dos resultados apresentados no Censo Escolar da Educação Básica (2016).

Aquilo que conceituamos como uma vida escolar de sucesso é determinado pela harmonia da escola, família e aluno. Todavia, o “fracasso” não deve ser atribuído a um único sujeito, que dentro dessa estrutura seja talvez o mais vulnerável. Para Arroyo (2000, p. 18), os alunos chegam à escola já defasados, com baixo capital cultural, sem habilidades mínimas, sem interesse...em suma, eles chegam à escola reprováveis, sem capacidade de enfrentar o ritmo dito “normal” de aprendizagem.

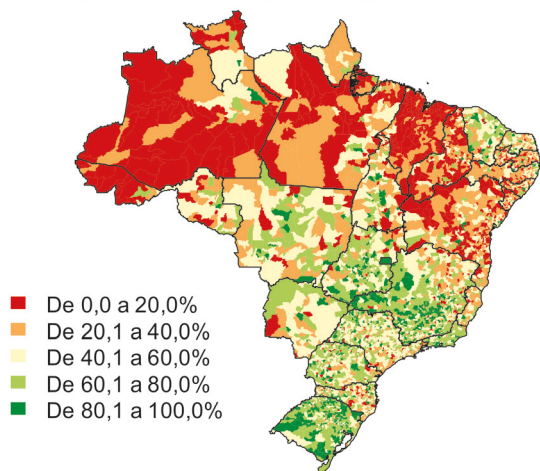
Aqui entra a importância da escola, ela não pode esperar sujeitos nivelados intelectualmente, nos encontramos em uma sociedade, em que se secundarizou historicamente a educação, o Estado nunca defendeu a importância da educação como elemento da formação de seu povo, ou seja, nossas escolas tem um desafio ainda maior que o já atribuído ao seu papel, a ela cabe à tarefa de trabalhar com diversos sujeitos com formação e acúmulos diferentes e potencializá-los para um “sucesso” na passagem escolar e posterior na vida.

Entendemos como sucesso escolar a apreensão do conhecimento científico, ou seja, que a criança, o adolescente e o jovem, além de aprenderem o conteúdo escolar, possam aplicá-lo em seu cotidiano, de forma que venha a contribuir com a melhoria de sua qualidade de vida e dos que com eles convivem, atuando criticamente na sociedade (Forgiarini, Silva, p. 4).

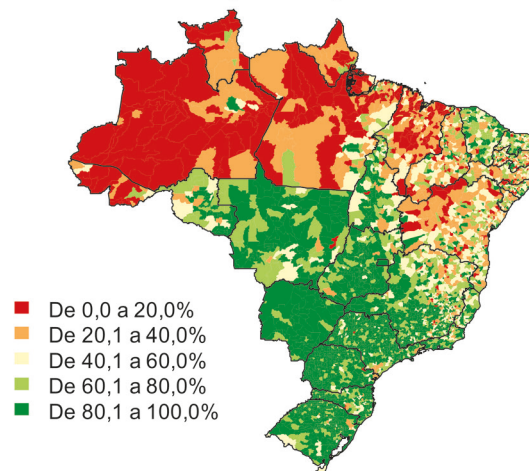
Nessa condução da escola necessitamos apontar o papel importante e necessário do Estado, pois, o acesso à educação gratuita e para todos firmadas nas reivindicações e posterior garantidas na Constituição Federal de 1988, e reafirmado pela LDB 9394/96 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), por si só não garante o resultado positivo da escola, é preciso garantir qualidade e estrutura para todas as escolas do Brasil. O Estado precisa garantir os pilares que garantirão o êxito da escola, o direito, acesso, permanência e qualidade, pois assim desenhar-se-ia uma melhoria em potencial desse aspecto da educação brasileira.

Para compreender a condição da região Norte do Brasil e, em especial do Pará, no quadro brasileiro da educação usaremos uma ferramenta indispensável para a geografia: os mapas. Estes auxiliam na espacialização das condições das escolas municipais a nível nacional, servindo de instrumento de auxílio para a compreensão da condição nacional e estadual da reprovação e posterior o abandono.

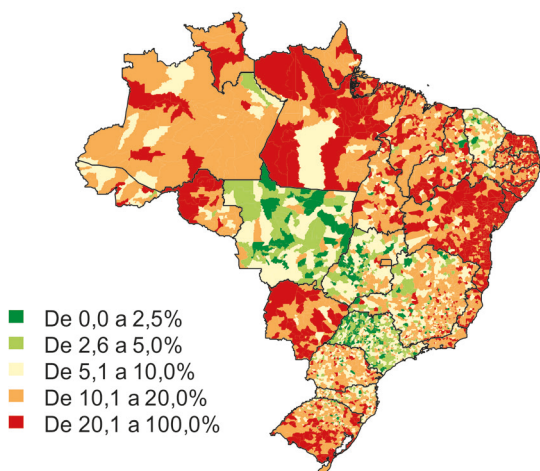
Mapa 1. Percentual de escolas de educação básica com biblioteca e/ou sala de leitura por município - 2016



Mapa 2. Percentual de escolas de educação básica com acesso à internet por município - 2016



Mapa 6. Percentual de não aprovados (soma de reprovação e abandono) dos anos finais por município - 2015



Mapa 7. Taxa de distorção idade-série dos anos finais finais por município - 2016

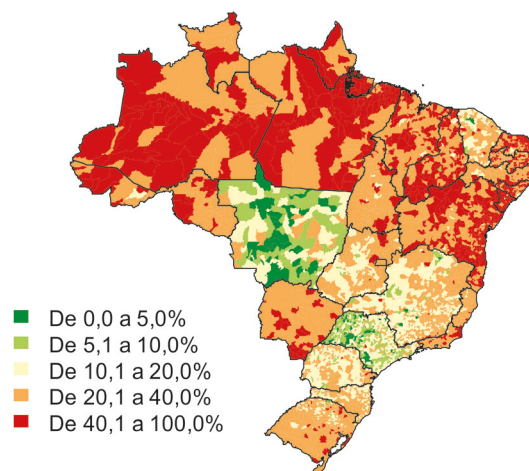


Imagem 01: Mapas estatísticos da educação brasileira - INEP. 2016

Fonte: INEP - Dados estatísticos da educação brasileira 2015, 2016.

Os Mapas 1 e 2 quantificam as escolas que têm acesso a estruturas básicas para o ensino de qualidade, tais como; acesso à internet, biblioteca ou sala de leitura, nesse sentido os mapas clarificam a condição em que o Norte se encontra.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2016 "O acesso à internet está amplamente disponível nas escolas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; 50,5% das escolas de educação básica possuem biblioteca e/ou sala de leitura (esse percentual é de 53,7% para as que ofertam ensino fundamental e de 88,3% no ensino médio)". O acesso a algumas ferramentas pedagógicas

que facilitam o processo de ensino-aprendizagem não é realidade para todas as regiões do país, há uma enorme disparidade no que tange a estruturas básicas para as escolas municipais.

Então, o não acesso a algumas estruturas pelas escolas possivelmente as condicionam a produzir esses resultados negativos, pois, as escolas do sudeste e centro-oeste tem os maiores acessos a esses facilitadores, e os menores índices de reprovação e abandono, fato que repete no âmbito da distorção idade-série. Ainda se referindo ao Censo Escolar da Educação Básica (2016), os mapas 6 e 7 evidenciam a correlação entre o percentual de não aprovados (soma de reprovação e abandono) dos anos iniciais e as taxas de distorção idade-série da mesma etapa. Nesses mapas observa-se também, que o estados de São Paulo e Mato Grosso concentram as menores taxas de distorção idade série, apresentando, respectivamente 90,4% e 90,1% dos municípios com taxas menores que 20%.

No quadro pertencente ao estado do Pará à realidade é preocupante, dos 602,294 estudantes matriculados nos anos finais 80,1% (482.395) são aprovados, 13,9% (83.486) são reprovados e 6,0% (36.413) abandonam a escola. A educação paraense pertence a um grupo negativo referente a reprovação escolar no Brasil, desses anos escolares o com pior resultado é o 6º ano, onde somente 75,4% (144.258) são aprovados, 17,8% (34.056) são reprovados e 6,8% (13.010) abandonam a escola. Podemos indicar que, parte disso, deve-se ao fato que os anos iniciais não preparam os estudantes da maneira esperada para enfrentar os desafios interpostos para os anos finais. Tal quadro tende a manter-se no 1º ano do ensino médio, chegando a 13,7% de reprovação e consequentemente 16,3% de abandono.

Como podemos modificar este cenário por meio do ensino da geografia: algumas pistas

É notório que a geografia tem papel importante na formação escolar, pois é uma ciência que contribui para que o sujeito compreenda dinâmica do espaço, seus fenômenos e suas interações.

Segundo, OLIVEIRA (2015):

Estudos e pesquisas da atualidade demonstram a importância da educação geográfica para o desenvolvimento das crianças e jovens. São saberes, conceitos, categorias e habilidades que a ciência geográfica permite desenvolver, favorecendo o conhecimento do mundo e da vida em sociedade. Essas possibilidades nos instigaram a entender os possíveis fatores de reprovação na disciplina de Geografia e como ela afeta a vida escolar dos alunos, pois consideramos o quadro local preocupante (p. 104).

De tal feita, em um trabalho articulado com as demais ciências escolares, a geografia pode se mostrar como uma ciência de descobertas e que estimula no aluno o despertar da necessidade de aprender e compreender sobre a realidade que o cerca, seu cotidiano e seus espaços de vivência.

Na questão da repetência - e, em alguma escala, da evasão escolar - , o profissional de geografia juntamente com outros professores e a coordenação pedagógica de cada instituição de ensino, tem grande importância, pois cabe a estes atores, a identificação do perfil de seus estudantes, para que se desenhe um planejamento específico direcionado para esses discentes - o que propicia grandes chances de mitigar esses descompassos.

Existem outras formas? Durante o período dos estágios, verificou-se também, que a inquietação dos estudantes que ficaram retidos em anos anteriores, apenas era contida ou controlada a partir do momento em que eles se sentiam pertencentes ou importantes na aula. Um exemplo: quando o professor perguntava sobre a vida de algum dos alunos, que quase automaticamente, eles passavam a interagir minimamente com a aula. Outro momento, era quando o professor solicitava o traslado dos livros didáticos do armário, externo a sala, até o espaço da aula - os que mais pediam para ir cumprir com a tarefa dada pelo professor eram os alunos que tinham um histórico de repetência escolar. São elementos simples, porém que nos permitem também compreender que o incentivo a participação para além do conteúdo da disciplina pode vir a ser uma ferramenta de participação para o professor.

A permanência dos estudantes nos espaços da aula é uma condição conquistada diariamente pelos professores. Com o advento da tecnologia abre-se um mar de possibilidades, as ferramentas tecnológicas fazem-se acessíveis a quase todos do ambiente escolar, e isso possibilita uma prática contemporânea de aquisição de informações de maneira instantânea que muitas vezes compete e em algum grau, conflita com as práticas tradicionais das escolas. A manutenção de uma prática de ensinar que soa um tanto arcaica frente ao tempo histórico coloca a escola hoje em uma posição de atraso , o que pode refletir diretamente no ensino-aprendizagem dos alunos. A linha base que nos permite apontar essa condição se dá pela preservação de uma educação dita "conteudista" em muitos casos, que auxilia a provocar nos alunos uma monotonia que não condiz com sua identidade de jovem contemporâneo, ligado e conectado em um mar de possibilidades que o circunda - e com as quais nem sempre a escola e o professor sabem como lidar.

A tarefa de resolver ou amenizar uma condição latente não é fácil, tendo em vista que os professores em sua maioria são desmotivados pela estrutura de educação presente, com um modelo ultrapassado e que não atende a

revolução imposta pela globalização, e conseqüentemente, não é estimulado a transformá-la, mas cabe ao educador, a tarefa de diariamente, exercitar a compreensão da diversidade que encontramos na sala de aula, e fazer o possível para assimilá-la, que dessa forma construiremos uma sociedade mais igualitária, diversa, justa e inclusiva, além de uma escola onde a avaliação seja adequada e o processo de progressão/retenção tenha um caráter eminentemente pedagógico.

Considerações finais

Os estágios docentes são ferramentas importantes para o acúmulo de conhecimento e de experiências, dado que possibilitam ao discente de graduação em licenciatura um espaço para refletir e compreender com as diversas facetas das teorias, metodologias e possibilidades construídas e apreendidas no decorrer da graduação, e sua posterior aplicação em sala de aula. Ao mesmo tempo, quando bem aproveitado e orientado, também propicia um olhar diferenciado sobre o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, evidencia a pluralidade dos sujeitos e de suas demandas formativas e que é preciso disposição e habilidade para ensinar e aprender com este cenário.

Nesse contexto, com as lentes de professores de geografia em formação, vemos a reprovação se encaixar no vasto quadro de desafios que a escola enfrenta hoje. Tal desafio pode constituir-se em um entrave na vida de muitos sujeitos, tornando-os estigmatizados pela comunidade escolar e pela sociedade em geral - estigma que pode atrapalhá-los na vida escolar, mas também transcender os muros da escola e ter conseqüências familiares e sociais. Para além disso, a repetência necessita ser discutida com os educadores em formação dentro das universidades com maior ênfase e pensando em alternativas qualificadas a essa política, além de adentrar outros espaços. Considera-se, por fim, que ,nós educadores temos de analisar esta temática como um desafio a ser superado, e, mais do que isso, ter em mente uma perspectiva de buscar mecanismos de avaliações processuais, contínuas e formativas, buscando tornar tal processo o mais justo possível.

Referências

ABRAMOWICS, A. EMoll, J. (org) Para além do Fracasso Escolar. Campinas, Ed. Papyrus, 2004, 3ª edição, p. 11-26.

Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa - Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância. - Brasília: UNICEF, 2012. Disponível em ht-

[tps://www.unicef.org/brazil/pt/media_24119.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_24119.html)> Acesso em 05/12/2017.

ALVES, FÁTIMA. ORTIGÃO, ISABEL. FRANCO, CRESO. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130, p. 161-180, jan./abr. 2007.

ARROYO, M. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, A; MOLL, J. (Org.) *Para além do fracasso escolar*. Campinas: Papirus, 1997.

AURIGLIETTI, R. R, SCHMIDLINLÖHR, S. Evasão e abandono escolar: causas, consequências e alternativas – o combate a evasão escolar sob a perspectiva dos alunos. Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3. Cadernos PDE, volume I, Paraná, 2014.

BETTO, FREI. Na academia eu malho o corpo, na escola eu malho o cérebro. O Globo, 2007.

CHARLOT, Bernard. Entrevista. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=006. Acesso em 23 de outubro de 2017.

DRESCHER, Carla Hulda Pfeifer. A importância do conselho escolar para a gestão democrática da escola. 2014. 52 f. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Educacional), Universidade Federal de Santa Maria, Agudo, RS, 2014. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3128/Drescher_Carla_Hulda_Pfeifer.pdf?sequence=1> Acessado em 06/12/2017.

FAGUNDES DE OLIVEIRA, S. A. Ensino-aprendizagem de geografia: a questão da reprovação escolar. Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 103-122, jul./dez. 2015.

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini. SILVA, João Carlos da. Fracasso escolar no contexto da escola pública: entre mitos e realidades. Artigo final do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-4.pdf>> Acesso em 01/12/2017.

GLÓRIA, Dília Maria Andrade. "A escola dos que passam sem saber": a prática da não-retenção escolar na narrativa de professores, alunos e familiares / Dília Maria Andrade Glória. – Belo Horizonte, 2002.

GOMES, Cândido Alberto. Dissertação escolar: Alternativa para o Sucesso? Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, vol. 13, n. 46, p. 11-38, jan. /mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

HIDALGO, Kênia Ribeiro da Silva. Fracasso escolar: uma violência simbólica na perspectiva sociológica de Bourdieu. Publ. UEPG Ci. Soc. Apl., Ponta Grossa, 22 (2): 193 - 204, jul./dez. 2014. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>> Acesso em 05/12/2017.

JACOMINI, M. A. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos*. Re-

vista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.3, p. 557-572, set./dez. 2009.

LEAL, G. Q. A repetência escolar em geografia e as práticas pedagógicas no ensino fundamental e médio de três lagoas/ms. ENPEG. Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Susana Aparecida Fagundes de. ORNAT, Marcio José. Características de reprovação e vivência escolar de meninos e meninas em Ponta Grossa/PR. IV SIES, Simpósio Internacional de Educação Sexual: Feminismos, identidades de gênero e políticas públicas, 2015.

PATTO, Maria Helena de Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 2010. 464 p.

Thiago Silva dos Santos - Licenciando em Geografia pela Universidade Federal do Pará (Altamira).

Claudia Silva Medeiros - Licencianda em Geografia pela Universidade Federal do Pará (Altamira).

Daniel Mallmann Vallerius - Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor adjunto da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará.

Recebido para publicação em 28 de Setembro de 2017.

Aceito para publicação em 30 de Outubro de 2017.

Contribuição dos autores:

Os autores declaram participação conjunta na construção deste estudo, por meio da análise e interpretação dos dados, leitura e interpretação do referencial teórico e da redação do texto.